



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

---

**RELUCI**

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO**

**Emitente:** Controladoria Geral do Município de Água Doce do Norte/ES

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte/ES

**Gestor responsável:** Abraão Lincon Elizeu

**Exercício:** 2022

**1. Introdução**

A Controladoria Geral Municipal - CGM, órgão central do controle interno, de acordo com suas atribuições institucionais, em atendimento ao § 4º do Artigo 135 c/c inciso IV do artigo 137, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013, e a Instrução Normativa TCE/ES nº 68/2020 e suas alterações, apresenta o Relatório e parecer conclusivo emitido pelo controle interno - RELUCI, das Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte, referente ao exercício de 2022. O Relatório e Parecer Conclusivo compõem o rol de documentos definidos na Instrução Normativa TCE/ES nº 68/2020, em conjunto aos balanços gerais das unidades gestoras, para julgamento das contas dos ordenadores de despesas no exercício a que se refere.

**2. RELATÓRIO**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

**PONTOS DE CONTROLE E OBJETOS DE ANÁLISES PELA UNIDADE DE CONTROLE  
INTERNO PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO SOBRE AS CONTAS DE  
GESTÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

<b>1. Itens de abordagem prioritária</b>						
<b>1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.</b>						
<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos administrativo s analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.1.1	Prestação de contas anual – execução orçamentária	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 58.	Da análise dos documentos que compõe os arquivos que integram a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo, constatou-se que os mesmos evidenciam o desempenho da arrecadação em relação à previsão, que foi contratada empresa objetivando a atualização da Planta Cadastral do Municipal, e inclusão de imóveis na área urbana, e iniciado o processos de REURB. A Procuradoria Fazendária realiza a proposição de ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições	Análise dos relatórios que integram a PCA	PCA
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Análise dos relatórios que integram a PCA Processos Administrativos e Contábeis	Lei 4.320/1964, art. 60.	Não foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho, sendo que não foram observados registros de criação de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	12 meses	Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821- fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro.  Processos de Dispensa de Licitação: 2104/2022; 1919/2022; 2298/2022; 2971/2022.  Processos de Licitação: 0908/2022 0437/2022
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Análise dos relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 168.	Da análise, constatou que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise dos relatórios que integram a PCA	PCA
<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>						
<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos administrativo</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de</b>	<b>Amostra selecionada</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

		<b>s analisados</b>			<b>Controle</b>	
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Análise de Processos de Folha de Pagamento;  Análise dos relatórios que integram a PCA	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Na análise verificou-se que foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	12 meses	Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821 - fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro.
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Análise dos relatórios que integram a PCA  Análise de Processos de Folha de Pagamento;	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificou-se que os pagamentos das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares foram tempestivos.		Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821 - fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro PCA
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Análise dos relatórios que integram a PCA	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Da análise dos relatórios não se evidenciou o pagamento de multa e juros por atraso das obrigações previdenciárias, referente ao exercício de 2022.	12 meses	Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821 - fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro PCA
1.2.4	Retenção/Repasso das contribuições previdenciárias - parte servidor	Análise dos relatórios que integram a PCA  Análise de Processos de Folha de Pagamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>•</li></ul>	Verificou-se que houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime geral de previdência social - RGPS.	12 meses	Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821 - fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro PCA
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Análise dos relatórios que integram a PCA	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	PCA - O Município não instituiu Regime Próprio de Previdência Social	-PCA - O Município não instituiu Regime Próprio de Previdência Social



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

1.2.8	Medidas de Cobrança de Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Conformidade (Verificação documental)	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	- O Município não instituiu Regime Próprio de Previdência Social	- O Município não instituiu Regime Próprio de Previdência Social
<b>1.3. Gestão patrimonial</b>						
<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativo s analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	- Inventário realizado pela Comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo - Análise dos relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	12 meses	- Inventário realizado pela Comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo - Análise dos relatórios que integram a PCA
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	- Inventário realizado pela Comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo - Análise dos relatórios que integram a PCA	Lei 4.320/1964, art. 94.	Os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização, existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente responsável por sua guarda e administração	12 meses	- Inventário realizado pela Comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo - Análise dos relatórios que integram a PCA
1.3.3	Disponibilidade das financeiras – depósito e aplicação	Extratos de movimentação bancária Relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	12 meses	Extratos de movimentação bancária Relatórios que integram a PCA
1.3.4	Disponibilidade das financeiras – depósito e aplicação	Extratos de movimentação bancária do exercício financeiro de 2022. Análise dos relatórios que integram a PCA	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	12 meses	Extratos de movimentação bancária do exercício financeiro de 2022. Análise dos relatórios que integram a PCA
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Análise dos relatórios que integram a PCA	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 11.	Foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do Município, através de notificação extrajudicial de débitos de pequeno valor,	Análise documental	Análise dos relatórios que integram a PCA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

				encaminhamento ao Cartório de 1º Ofício para Protesto, e proposição de Ação Judiciais.		
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Análise documental	LC 101/2000, art. 42.	O Chefe do Poder Executivo Municipal não contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Análise documental	Análise documental
<b>1.4. Limites constitucionais e legais</b>						
<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativo s analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universe do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Análise dos relatórios que integram a PCA;  Análise da receita que integra a base de cálculo dos valores a serem aplicados na educação  Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Da análise do montante da Receita de Impostos arrecadados, bem como da receita de transferências constitucionais e legais, bem como dos gastos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, constatou-se que o Município atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos	12 meses	Análise dos relatórios que integram a PCA;  Análise da receita que integra a base de cálculo dos valores a serem aplicados na educação  Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Análise dos relatórios que integram a PCA  Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Foram destinados 71.13% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA  Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Análise dos relatórios que integram a PCA  Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Verificou-se que foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 17.43%, pelo município, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA  Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades
1.4.5	Saúde – pertinência	Análise documental	LC 141/2012, arts. 3º e 4º	Foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 15%, pelo município, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que	12 meses	Da análise dos relatórios que integram a PCA verificou-se que foram aplicados, em ações e serviços públicos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

				compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA		de saúde, recursos mínimos equivalentes a 17.43%, pelo município, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Análise documental	LC 101/2000, art. 18.	As despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	12 meses	Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821- fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro Análise do RGF Análise dos relatórios que integram a PCA PCA
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Análise documental	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados, ficando as despesas em 41.79% da Receita Corrente Líquida.	12 meses	Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821- fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro Análise do RGF Análise dos relatórios que integram a PCA PCA
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Análise documental	LC 101/2000, art. 21.	Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	12 meses	Análise do RGF Análise dos relatórios que integram a PCA PCA
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	Análise documental	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder	Análise documental	Análise documental
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Análise documental	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados, ficando as despesas em 41.79% da Receita Corrente Líquida, não excedendo a 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram	Análise documental	Análise do RGF Análise dos relatórios que integram a PCA PCA





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

				observadas.		
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Análise do RGF Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	O Município respeitou os limites estabelecidos no artigo 20 da LRF, não sendo necessárias as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88).	Análise do RGF Análise dos relatórios que integram a PCA	PCA
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Análise dos relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Não foram concedidas vantagens ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	12 meses	Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821- fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro  Análise dos relatórios que integram a PCA
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Análise documental	CRFB/88, art. 29- A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	12 meses	Análise dos relatórios que integram a PCA
1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal	A dívida consolidada do Município ficou em 34.24%, dentro do limite estabelecido.		Análise dos relatórios que integram a PCA
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite	Análise documental	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Não houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício.		PCA
<b>1.5. Demais atos de gestão</b>						
<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativo s analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilizada com o normativo do TCE	Análise documental	IN 68 regulamentador a da remessa de prestação de contas	Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA	PCA
1.5.2	Segregação de funções.	Relatórios integrantes da PCA Análise de Processos	CRFB/88, art. 37.	Foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	12 meses	Processos Contábeis de Folha de Pagamento: 0821- fevereiro; 1929 – abril; 4012 – setembro; 4610 – novembro.  Processos de Dispensa de Licitação: 2104/2022; 1919/2022; 2298/2022; 2971/2022.  Processos de Licitação: 0908/2022 0437/2022

**2. Itens de abordagem complementar**

**2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA**

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.1	LDO – compatibilizada com Plano Plurianual.	Análise da legislação local	CRFB/88, art. 165, § 1º.	As diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	Relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	A LDO aprovada para o exercício contém dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Verificação documental	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	A LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Verificação documental	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	A LDO aprovada para o exercício contém Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações,	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

				na forma estabelecida pela LRF.		
2.1.6	LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo	Verificação documental	Portaria STN nº 637/2012.	Os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.1.10	LOA – compatibilidade de com a LDO e com o Plano Plurianual.	Conformidade Verificação documental	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.1.13	LOA – reserva de contingência	Conformidade Verificação documental	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	A LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.1.14	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	Conformidade Verificação documental	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.1.15	LOA – vinculação de recursos.	Análise da Legislação Municipal	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	A LOA foi aprovada e executada com as dotações de despesas vinculadas às respectivas fontes de recursos.	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.1.17	Transparência na gestão	Relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Análise documental	PCA

**2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária**

<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de metas fiscais.	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 9º.	Não foi identificado o descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes	Análise documental	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.2.2	Instituição, previsão e execução de receitas.	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 11.	Foram instituídos, e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do Município. Foi contratada empresa	Análise documental	Análise dos relatórios que integram a PCA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

				objetivando a atualização da Planta Cadastral do Municipal, e inclusão de imóveis na área urbana, e iniciado o processos de REURB. A Procuradoria Fazendária realiza a proposição de ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.		
2.2.3	Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Análise da Legislação Municipal	LC 101/2000, art. 14. Conformidade (Verificação documental)	Não houve concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.2.4	Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo	Verificação documental	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.2.5	Renúncia de receitas – legislação específica	Análise da Legislação Municipal	CRFB/88, art. 150, § 6º	Não houve no exercício de 2022 concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal, regulando exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				contribuição		
2.2.6	Renúncia de receitas – resultados	Análise da Legislação Municipal	CRFB/88, art. 37. /Legislação específica.	Avaliar se os resultados obtidos em decorrência da renúncia de receitas, sob o aspecto sócio-econômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos, bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública consagrados no artigo 37 da CRFB/88.	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.2.7	Renúncia de receitas – avaliação dos projetos	Análise da Legislação Municipal	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. / Legislação específica	Não foram implementados projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal
2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 16.	Não houve ação governamental com consequente aumento da despesa, que necessitam de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes.	Análise documental	Análise documental
2.2.10	Execução de programas e projetos	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	CRFB/88, art. 167, I.	Os programas e projetos executados foram incluídos na lei orçamentária anual.	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 167, II.	As despesas realizadas ou as obrigações assumidas não excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Análise documental	Análise documental
2.2.12	Execução de despesas – vinculação	Análise documental	CRFB/88, art. 167, inciso IV.	Não houve vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa em desacordo com o inciso IV, do artigo 167, da CRFB/88.	Análise documental	Análise documental
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Análise da Legislação Municipal	Análise da Legislação Municipal PCA
2.2.14	Créditos adicionais – decreto	Relatórios que integram a PCA	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por	Relatórios que integram a PCA	Relatórios que integram a PCA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	executivo			lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.		
2.2.15	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	Relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Não houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	Relatórios que integram a PCA	Relatórios que integram a PCA
2.2.16	Autorização orçamentária para cobertura de déficit	Análise documental	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Não houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.	Análise documental	Análise documental
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Não foram instituídos fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Não foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal
2.2.20	Execução da programação financeira de desembolso	Análise documental	LC 101/2000, art. 8º. / Legislação específica – LOA	A execução financeira de desembolso e o seu comportamento em relação à previsão, bem como, se for o caso, as razões determinantes do déficit financeiro.	Análise documental	Análise documental
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Análise de relatórios que integram a PCA; Portal da Transparência do Município	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RGF, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Análise de relatórios que integram a PCA; Portal da Transparência do Município	Análise de relatórios que integram a PCA; Portal da Transparência do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	Análise de relatórios que integram a PCA Portal da Transparência do Município	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF	Foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF	Análise de relatórios que integram a PCA; Portal da Transparência do Município	Análise de relatórios que integram a PCA; Portal da Transparência do Município
2.2.23	Transparência – prestação de contas	Relatórios que integram a PCA Balancetes encaminhados à Câmara Municipal	LC 101/2000, art. 49.	As contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Relatórios que integram a PCA Balancetes encaminhados à Câmara Municipal	Relatórios que integram a PCA Balancetes encaminhados à Câmara Municipal
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Análise dos relatórios que integram a PCA Balancetes encaminhados à Câmara Municipal	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	A escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Relatórios que integram a PCA Balancetes encaminhados à Câmara Municipal	Relatórios que integram a PCA Balancetes encaminhados à Câmara Municipal
2.2.25	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal – elaboração	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.2.26	Limitação para custeio de despesas	Análise documental	LC 101/2000, art. 62	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF	Análise documental	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Não houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal	Relatórios que integram a PCA Análise da Legislação Municipal
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Análise dos relatórios que integram a PCA	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 9º.	Não foi necessária a expedição de atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Não foram observados registros de criação de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.2.31	Despesa – liquidação	Análise dos relatórios que integram a PCA	Lei 4.320/1964, art. 63.	Foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Análise dos relatórios que integram a PCA	Lei 4.320/1964, art. 62.	Não houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Não houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Legislação específica.	Não houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.2.35	Cancelamento de passivo	Análise dos relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Não houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA

### 2.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Análise dos relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Análise dos relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
2.3.3	Evidenciação de resultados – consolidação	Análise dos relatórios que integram a PCA	Lei 4.320/1964, art. 85 / LC 101/2000, arts. 50 e 51 /Portarias STN nº 72 e 437/2012.	Os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o Município, inclusive de consórcios públicos.	Análise dos relatórios que integram a PCA	PCA
2.3.4	Dívida ativa e demais créditos tributários – cancelamento	Análise dos relatórios que integram a PCA	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

2.3.5	Cancelamento de passivo	Análise dos relatórios que integram a	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Não houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Análise dos relatórios que integram a PCA	Análise dos relatórios que integram a PCA
<b>2.4. Limites constitucionais e legais</b>						
<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Não houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Análise dos relatórios que integram a PCA	PCA
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	Análise dos relatórios que integram a PCA	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Todos e os precatórios judiciais foram pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos.	Análise dos relatórios que integram a PCA	PCA
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Análise documental	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	A dívida consolidada líquida do Município, no final do exercício de 2001, não excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício	Análise documental	Análise documental
2.4.4	Dívida pública – evidenciação no RGF	Análise documental	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avos) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	Análise documental	Análise documental
2.4.5	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Análise dos relatórios que integram a PCA	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	O Município, não incorreu no descumprimento dos limites.	Análise documental	PCA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

2.4.6	Operação de crédito – instituição financeira controlada	Análise documental	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Município não realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	Análise documental	Análise documental
2.4.7	Operação de crédito – instituição financeira controlada	Análise documental	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Não foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Município por instituição financeira por ele controlada.	Análise documental	Análise documental
2.4.8	Operação de crédito – vedação	Análise documental	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º.	O Município não contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Análise documental	Análise documental
2.4.9	Operação de crédito – vedações	Análise documental	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.	O Município não incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Análise documental	Análise documental
2.4.10	Operação de crédito – despesas de capital	Análise documental	CRFB/88, art. 167, inciso III.	Não houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Análise documental	Análise documental
2.4.11	Operação de crédito – limite global	Análise documental	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal	operações de crédito realizadas pelo Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida	Análise documental	Análise documental
2.4.12	Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos	Análise documental	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Análise documental	Análise documental
2.4.13	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias	Análise documental	LC 101/2000, art. 40.	Não houve concessão de garantias pelo Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no artigo 40 da LRF	Análise documental	Análise documental



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

2.4.14	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias	Análise documental	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Não foram concedidas garantias e contragarantias. se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.	Análise documental	Análise documental
2.4.15	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias – limite	Análise documental	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	Análise documental	Análise documental
2.4.16	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	Análise documental	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Análise documental	Análise documental
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	Análise documental	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF	Análise documental	Análise documental
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	Análise documental	LC 101/2000, art. 38, inciso IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do art. 38, da LRF.	Análise documental	Análise documental

**2.5. Gestão Previdenciária**

<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universe do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Análise documental	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	12 meses	Processos: 0908/2022;  Processos: 0437/2022
2.5.2	Base de cálculo de contribuições – RPPS	Análise documental	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	O Município não Instituiu RPPS	O Município não Instituiu RPPS
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	O Município não Instituiu RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária	O Município não Instituiu RPPS	O Município não Instituiu RPPS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Os descontos previdenciários obedecem as alíquotas do RGPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação	Os descontos previdenciários obedecem as alíquotas do RGPS	Os descontos previdenciários obedecem as alíquotas do RGPS
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	O Município não Instituiu RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	O Município não Instituiu RPPS	O Município não Instituiu RPPS
2.5.7	Servidores Cedidos	O Município não Instituiu RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores	O Município não Instituiu RPPS	O Município não Instituiu RPPS
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	O Município não Instituiu RPPS	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social	O Município não Instituiu RPPS	O Município não Instituiu RPPS
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	O Município não Instituiu RPPS	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	O Município não Instituiu RPPS	O Município não Instituiu RPPS
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	O Município não Instituiu RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	O Município não Instituiu RPPS	O Município não Instituiu RPPS
2.5.17	Avaliação atuarial - Inicial	O Município não Instituiu RPPS	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o ente realizou avaliação atuarial inicial e estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites da LRF, com a finalidade de instituir um RPPS.	O Município não Instituiu RPPS	O Município não Instituiu RPPS
2.5.26	Censo Atuarial	Análise documental	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art. 12	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Censo atuarial realizado em 2018, quando do início do envio dos dados através do e-social	Análise documental
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	O Município de Água Doce do Norte não	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998,	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas,	O Município de Água Doce do Norte não instituiu o RPPS	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

		instituiu o RPPS	art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.		
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	O Município de Água Doce do Norte não instituiu o RPPS	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	O Município de Água Doce do Norte não instituiu o RPPS	
2.5.37	Registro de Admissões	Não foi realizado concurso no exercício de 2022.	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não foi realizado concurso no exercício de 2022.	Não foi realizado concurso no exercício de 2022.
<b>2.6. Demais atos de gestão</b>						
<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativo s analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Análise documental	CRFB/88, art. 37, inciso V.	As funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Ficha cadastral de servidores	Ficha cadastral de servidores
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Análise documental	Legislação específica do órgão.	A Estrutura Administrativa do Poder Executivo de Água Doce do Norte não dispõe de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Legislação Municipal	Legislação Municipal
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Legislação Municipal	Pessoal – contratação por tempo determinado	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Legislação Municipal	Legislação Municipal
2.6.4	Pessoal – teto	Análise documental	CRFB/88, art. 37, inciso XI	O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	12 meses	Processos de Folha de Pagamento: 0821 – Fevereiro 1929 – Abril 4012 – Setembro



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

						4610 - Novembro
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Análise documental	CRFB/88, art. 37, caput.	Não houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Análise documental	Processos de Folha de Pagamento: 0821 – Fevereiro 1929 – Abril 4012 – Setembro 4610 - Novembro
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação	Análise documental	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Análise documental	

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Da análise da Prestação de Contas Anual de Gestão do Município de Água Doce do Norte, sob a responsabilidade do Sr. Abraão Lincon Elizeu, relativas ao exercício financeiro de 2022, OPINAMOS pela **REGULARIDADE** da Prestação de Contas apresentada, com base nos pontos de controle avaliados e limitados a esse escopo.

Água Doce do Norte/ES, 28 de março de 2023.